ReGeo ISSN: 2177-3246

ANÁLISE HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL, PERSPECTIVAS À LUZ DA TEORIA DA ATIVIDADE HISTÓRICO-CULTURAL

HISTORICAL ANALYSIS OF THE APRIL 17 SETTLEMENT: PERSPECTIVES IN LIGHT OF THE HISTORICAL-CULTURAL ACTIVITY THEORY

ANÁLISIS HISTÓRICO DEL ASENTAMIENTO DEL 17 DE ABRIL: PERSPECTIVAS A LA LUZ DE LA TEORÍA DE LA ACTIVIDAD HISTÓRICO-CULTURAL

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-216

Data de submissão: 24/07/2026 **Data de publicação:** 24/08/2026

Jerlane Sousa Oliveira
Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3123-9666
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5073939010519350

João Batista Lopes
Doutorado em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura)
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9290110922915871

Manoela Gomes Reis Lopes
Doutorado em Saúde Pública
Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4262-2871
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6608389779535431

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida visando analisar o contexto histórico do acesso, uso da terra e o contexto da produção agrícola em um assentamento do programa de reforma agrária, na zona rural de Teresina. O estudo foi realizado no Assentamento 17 de Abril, contemplando o período desde a fundação em 2004 até o ano de 2023. Foram levantadas informações relativas aos componentes da infraestrutura, contexto histórico, processos da ocupação, posse e usos da terra, além do percurso dos processos de ocupação e criação do assentamento, visando compreender as relações dos assentados com seus locais de residência e dinâmicas adotadas. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, caracterizando os fenômenos sociais e comportamentos humanos, com embasamento na Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC). Observou-se a partir da análise dos objetos iniciais e atuais do sistema de atividade do assentamento, que após a conquista da terra, a produção agrícola se tornou atividade prioritária no uso da terra, sendo prejudicada por fatores de ordem econômica e estrutural, bem como pelos conflitos decorrentes da diversificação cultural dos grupos de assentados, em que grande parte era proveniente de áreas urbanas entre os municípios de Demerval Lobão e Teresina, sem vivência no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura. Assentamento. TAHC. Reforma Agrária.

ABSTRACT

This research was developed to analyze the historical context of access to and use of land, as well as the context of agricultural production in a settlement of the agrarian reform program in the rural area

of Teresina. The study was conducted in the 17 de Abril Settlement, covering the period from its founding in 2004 to 2023. Information was gathered regarding infrastructure components, historical context, processes of occupation, land tenure and use, as well as the trajectory of the occupation and creation processes of the settlement, aiming to understand the settlers' relationships with their places of residence and the dynamics adopted. The research approach was qualitative, characterizing social phenomena and human behaviors, based on the Historical-Cultural Activity Theory (HCAT). Analysis of the initial and current activities of the settlement revealed that, after land acquisition, agricultural production became the primary land use activity. However, this was hampered by economic and structural factors, as well as conflicts arising from the cultural diversity of the settler groups, a large portion of whom came from urban areas between the municipalities of Demerval Lobão and Teresina, lacking experience in rural areas.

Keywords: Farming. Settlement. TAHC. Agrarian Reform.

RESUMEN
Esta investigación se desarrolló para analizar el contexto histórico del acceso y uso de la tierra, así como el contexto de la producción agrícola en un asentamiento del programa de reforma agraria en la zona rural de Teresina. El estudio se realizó en el Asentamiento 17 de Abril, abarcando el período desde su fundación en 2004 hasta 2023. Se recopiló información sobre componentes de infraestructura, contexto histórico, procesos de ocupación, tenencia y uso de la tierra, así como la trayectoria de los procesos de ocupación y creación del asentamiento, con el objetivo de comprender las relaciones de los pobladores con sus lugares de residencia y las dinámicas adoptadas. El enfoque de la investigación fue cualitativo, caracterizando fenómenos sociales y comportamientos humanos, basado en la Teoría de la Actividad Histórico-Cultural (TAHC). El análisis de las actividades iniciales y actuales del asentamiento reveló que, tras la adquisición de tierras, la producción agrícola se convirtió en la principal actividad de uso de la tierra. Sin embargo, esto se vio obstaculizado por factores económicos y estructurales, así como por conflictos derivados de la diversidad cultural de los grupos de colonos, gran parte de los cuales provenían de zonas urbanas entre los municipios de Demerval Lobão y Teresina, y carecían de experiencia en zonas rurales.

Palabras clave: Agricultura. Asentamientos. TAHC. Reforma Agraria.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem se caracterizado pela alta concentração fundiária, com reflexos históricos nas desigualdades sociais, em que ao longo dos anos, tem se ampliado a discussão, focada na necessidade de mudança da estrutura fundiária, tendo como perspectiva encontrar alternativas viáveis, que possam resultar em solução ou mesmo na redução dos problemas sociais decorrentes deste processo instalado, bem como contribuir com a melhoria do abastecimento interno pela ampliação da capacidade produtiva do país, ancorada num sistema agropecuário sustentável.

Neste contexto, os movimentos sociais no campo, fundamentados no cumprimento da Constituição Federal Brasileira de 1988, têm provocado o Estado no sentido de definir políticas públicas, reconhecendo a função social da terra, pela desapropriação de fazendas e áreas rurais improdutivas, possibilitando a posse da terra a trabalhadores rurais. Com essa perspectiva, Mello (2016, p. 16) ressalta que "a luta pela terra se desenrolou em diversos lugares", sendo emblemático o caso das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro.

Embora a luta pela institucionalização dos assentamentos esteja centrada em propósitos bastante similares, cada assentamento é detentor de uma história, marcada por fatos, vivências, organização e formas de lutas diferenciadas na busca da ocupação da terra para o desenvolvimento de suas atividades rurais, que garantam de modo justo o sustento das famílias. A esse respeito, Andrade e Viana (2016, p.83), revelam que o estado do Piauí, que: "a realidade do campo piauiense traz, portanto, a marca de relações de resistência e disputas em torno da terra para a garantia da reprodução social dos segmentos subalternizados em função da existência de uma estrutura fundiária do Piauí".

Para Mitidiero Jr. (2011, p. 6), "a transformação de sem-terra em assentado e de assentado em pequeno produtor rural é repleta de percalços e desafios, por isso de luta contínua, agora na terra". O autor comenta ainda, que no decorrer desse processo, despontaram dois momentos bastante interligados: "a luta pela terra seguida pela luta na terra", com a perspectiva de que os projetos de materialização dos assentamentos fossem bem-sucedidos de modo a possibilitar dignidade aos assentados.

É relevante destacar que os assentados são participantes ativos nos processos de pesquisas, sendo detentores de saberes históricos, com suas particularidades, desenvolvidas a partir de suas vivências, fundamentadas nas técnicas adotadas, bem como dos saberes agrícolas acumulados no cotidiano dos assentamentos rurais.

Diante desse cenário, se tornam imprescindíveis estudos focados no resgate das lutas históricas desenvolvidas pela posse e uso da terra de cada assentado e de cada assentamento, cujas demandas sociais têm sido ignoradas e agravadas no decorrer dos anos, não sendo diferente no Estado do Piauí.

Acredita-se que estes aspectos têm reflexos no cotidiano dos assentados, envolvendo o tipo de produção, moradia, geração de renda, qualidade de vida, dentre outros, que simbolizam no mínimo, a garantia da sobrevivência de tais grupos sociais.

Para o presente estudo pioneiro e inovador, realizado no assentamento, denominado 17 de Abril, foi adotado como referencial teórico a Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC), buscando-se analisar de forma sistêmica diversos aspectos, que contribuem para a análise histórica da trajetória desses locais, ressaltando o presente com a perspectiva do futuro.

Essa teoria desenvolvida, por autores, como Vygotsky, Leontie'v e Engeström, mostrou uma nova possibilidade de se organizar e de fato colaborar com a reforma agrária no Brasil, tendo em vista a sua análise histórica, suas contradições, e sistemas de atividades. Assim, ao fazer uso dessa perspectiva metodológica percebe-se uma outra possibilidade de contribuir com essa questão problema, que há anos é discutida no país, a reforma agrária.

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o contexto histórico do acesso e do uso da terra e as relações com a produção agrícola nesse assentamento do Programa de Reforma Agrária, na zona rural de Teresina, Piauí, bem como compreender como os assentados se organizam acerca da produção agrícola, pontuando sistemas, dificuldades, ferramentas utilizadas e analisar o contexto do passado e do presente, com relação à infraestrutura existente e como os assentados entendem a importância da organização coletiva que culminou com o seu surgimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria da Atividade Histórico-Cultural (TAHC) é proveniente da psicologia sócio-histórica e cultural. Ela pode ser sintetizada por cinco princípios: teoria de mediação cultural de ações humanas; multi-vocalidade; historicidade; papel das contradições como fontes de mudança e de desenvolvimento; e possibilidade de transformações expansivas em sistemas de atividade (Engeström, 2001).

A teoria da mediação cultural de ações humanas, proposta e defendida por Vygotsky (1978), pontua que as ações humanas são mediadas por artefatos culturais, que foram criados durante o processo histórico da humanidade (Vygotsky, 1978). Nesta teoria, o sistema de atividade é considerado como uma unidade de análise, mediado por artefatos culturais e orientado a um objeto (Engeström, 2001).

Assim, o sistema de atividades (SA - Figura 1) é composto por: sujeito (perspectiva de análise de indivíduo ou grupo de pessoas); objeto (significado, motivo e finalidade da atividade); regras (regulamentos e normas); ferramentas (instrumentos mediadores da ação dos sujeitos); divisão do

trabalho (divisão de tarefas e relações hierárquicas existentes); e comunidade (indivíduos ou grupos que transformam o objeto) (Engeström; Sannino, 2010), que representam o observado.

De acordo com o princípio da multi-vocalidade e historicidade, devem ser considerados os múltiplos pontos de vista, tradições e interesses presentes no sistema de atividade, os quais se transformam ao longo do tempo, podendo gerar problemas e contradições. As contradições representam tensões estruturais que se desenvolvem, historicamente, dentro e entre sistemas de atividade, e ao mesmo tempo em que geram perturbações, são também fontes de mudanças e propiciam inovações (Engeström, 2001).

Com essa perspectiva, o assanetamento analisado, por meio dessas ações individuas e coletivas, sabendo que existe um motivo e razão para que esses assentados tenham buscado por torna-se assentado, e para isso são carregados de contextos e histórias, e que se somam e são guiados por um único objeto: "a conquista da terra, e uso dela". Assim, essas pessoas possuem caracteristicas, e objeto em comum, que cuminaram a existência desse assentamento.

Figura 1. Modelo do Sistema de Atividade



Fonte: Engeström (2016).

Diante dessa figura 1, percebe-se o motivo e a razão pelo qual cuminou com a existência desse assentamento, foi a conquista da terra, e que cada "item", que compõem esse triangulo, chamado de sistema de atividade, é representado pelos fatores, físicos e psicológicos que colaboraram com a existência e cuminancia desse local. O último princípio menciona sobre a possibilidade de transformações expansivas em sistemas de atividade, o que acontece por meio do ciclo de aprendizagem expansiva, sendo melhor compreendida como sendo a forma de agir e expandir seus horizontes frente as "coisas" já conquistadas e o que ainda se tem a conquistar.

Neste sentido, ocorre o desenvolvimento de um novo objeto de atividade, ou seja, uma reconceituação do objeto e motivo e razão da atividade, e assim, uma ampliação do horizonte de possibilidades do modo anterior da atividade (Engeström, 2001). Diante do desenvolvimento da

unidade de análise e surgimento de contradições, as pesquisas de Engeström têm enfatizado a compreensão dos sistemas de atividade e suas contradições (Engeström, 2016), para intervenção e construção de soluções do porquê fazemos as coisas, e como essas ações se apresentarão lá no futuro.

Segundo Silva *et al*., (2025), mencina que os sistemas coletivos, em associação, contribuem sim para a concretização de ações coletivas, e garantia de força para conquistas futuras, no que diz respeito a políticas públicas, assim mostra que essa perspectiva tem se constituído em estratégias criativas e democráticas de desenvolvimento rural, bem como na Comunidade estudada de vazaneiros em Teresina, (trabalho inédito, que fez uso dessa metodologia publicado recentemente) e que estimulam a cooperação e integração entre a comunidade, contribuindo e promovendo as transformações sociais, políticas e econômicas.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, esse trabalho foi submetido e aprovado junto ao comitê de ética em pesquisa, e foram realizados em conformidade com a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), assim a submissão foi (sendo um único projeto para os Assentamentos 17 de Abril e o Assentamento 08 de Março), aqui nesse trabalho é abordado apenas o Assentamento 17 de Abril.

É de suma importância essa submissão e aprovação junto ao Comite, pois garante autonomia, bem como o anonimato dos participantes voluntários, assegurando sua privacidade quanto aos dados confidenciais, sendo o projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí sob protocolo CAAE 1 66473622.0.0000.5214 e aprovada sob parecer N° 5.861.652.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, em que foram contemplados aspectos subjetivos, caracterizando fenômenos sociais e comportamentos humanos. Assim, o objeto deste estudo foi de apresentar os fenômenos das sociedades, especificamente de um assentamento, representando momentos específicos, como tempo, local, período e cultura, analisando as ações humanas e formas de contribuir com a sociedade (Denzin; Lincoln, 2006).

Nesse contexto, buscou-se por meio de entrevistas obter informações sobre o resgate histórico do processo de formação do Assentamento 17 de Abril, bem como conhecer as suas características intrínsecas, contemplando contexto de lutas, expectativas de mudanças, organização dos lotes expectativa dos assentados a partir da posse da terra e como será o uso dessa terra.

Nesta pesquisa, considerou-se cada assentado como protagonista e colaborador da pesquisa, adotando-se como critérios de inclusão dos participantes, a exigência que fossem assentados(as) do Assentamento 17 de Abril, sendo maiores de idade, em que a inclusão dos participantes se deu de forma voluntária, a sua realização foi a partir do período correspondentes à época da fundação que teve

início no ano de 2004 até o ano final da pesquisa em 2023, esses critérios auxiliam no presseguimento da pesquisa e contribuem para uma melhor robustez da informações.

Quanto a localização, o Assentamento 17 de Abril fica situado na região da Chapadinha no Sul de Teresina, em torno da BR 316, que liga a cidade de Teresina a Demerval Lobão, Piauí. Ressalte-se que em função da proximidade física com o Assentamento17 de Abril, sendo esse local mais próximo da BR, e com as casas das famílias mais aglomeradas, sendo próximas umas das outras possibilitando visitar todas as famílias, e com um número de 11 familias entrevistas, algumas entrevistas não foram possíveis pois tais pessoas não encontravam -se em sua residência.

A participação dos entrevistados se deu por interesse do assentado em contribuir com o estudo, bem como por conveniência, envolvendo pessoas que moravam mais próximas das vias principais, pois o assentamento é de grande extenção, mas as residências familiares são próximas umas das outras. Diante disso, para definição do número de participantes, adotou-se como critério a realização de entrevistas até que ocorresse saturação dos dados (Fontanella; Ricas; Turato, 2008).

Também, foram feitos registros baseados na observação participante e anotações registradas em diário de campo, durante a coleta de informações. Além disso, os aspectos analisados se debruçaram em pesquisas, trabalhos anteriores desenvolvidos nos dois assentamentos, envolvendo artigos científicos, dissertação de mestrado realizada na área de estudo, dentre outros instrumentos, como registro fotográfico e reportagens, nesse trabalho são volatdoa apenas para o Assenatemnto 17 de Abril, como já mencionado anteriormente, (Andrade, 2009).

Com essa perspectiva, as entrevistas com os assentados foram centradas na busca de informações relacionadas sobre a importância das lutas históricas com a perspectiva do acesso à posse da própria terra, das atividades de construção dos barracões e demais componentes da infraestrutura, bem como, do percurso dos processos envolvendo a ocupação, posse da terra, definição das atividades agrícolas e dinâmicas adotadas para o cultivo.

Com essa perspectiva, contemplou-se abordagens sobre as cultivares plantados, o que é mais ou menos predominante na região, as dificuldades e limitações para adoção de técnicas agrícolas voltadas para uma agricultura sustentável, por parte daqueles que produzem. As entrevistas foram realizadas com os assentados, e se deu de forma gravada, em mídia de áudio e transcrita em texto, posteriormente, para análise.

De forma prática, utilizou-se na comunicação, linguagem simples, sem utilização de termos técnicos, sendo acessível a todos os interessados do Assentamento 17 de Abril. Por questões éticas, as pessoas entrevistadas tiveram seus nomes suprimidos e foram identificadas pela letra “P” seguida de número, e com o nome do assentamento.

Adotou-se o aparato teórico da Teoria da Atividade Histórico Cultural (TAHC), que possibilitou identificar as manifestações de contradições. Além disso, foi construída a linha do tempo do assentamento, contendo os principais eventos históricos críticos, compreendidos como eventos que implicaram em transformações duráveis mais radicais nos elementos dos Sistemas de Atividades (SAs), resultando em mudanças significativas e inovações (Sewell Jr., 1996).

O sistema de atividade (Figura 1) representa a unidade de análise, que por meio das entrevistas são apresentadas características, que por si só possibilitaram a construção do sistema de atividade inicial e atual. Para as análises, foram atribuídas as características como, o objeto, os instrumentos, regras, a comunidade e outros caracteres que compõem a unidade de análise. Para Engeström (1999), a unidade de análise para a teoria da atividade é considerada a prática conjunta, por meio do coletivo, e não a atividade gerada pela individualidade.

Dessa forma, com base nas informações que foram coletadas e nos conceitos da TAHC (Engeström, 2016, 2001), foi feita uma narrativa com a descrição e análise dos Sistemas de Atividades do assentamento em estudo para identificar seus elementos e como ocorreu o desenvolvimento de contradições históricas e eventos históricos críticos. A ideia principal deste trabalho foi analisar a atividade como fenômeno, que está historicamente interligado, e mudando ao longo do tempo, sendo, também, formado por múltiplas camadas, que existem na forma de uma atividade local (Vilela *et al*., 2014).

Assim, o sistema de atividade visa analisar o desenvolvimento e a formação, estruturação dos elementos das atividades, aspectos esses revelados no momento da entrevista, como também identificar as manifestações de contradições, que faz parte e estão entre e dentro do sistema de atividade correlacionando-se com a fala dos entrevistados. foi construída uma linha do tempo histórica, e dois sistemas de atividades um referindo-se ao início para o ano de (2004) e outro para o ano de (2023), contextualizando a atualidade do assentamento, para analisar perspectivas do passado, do presente e trabalhar abordagens futuras desses assentados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL

Inicialmente, foram entrevistados 11 assentados, os quais revelaram aspectos históricos, uso da terra, organização do assentamento, gestão ambiental, moradia, infraestrutura, manifestações de contradições, dentre outros. Assim, a partir dessas informações, foi construída a linha do tempo do Assentamento 17 de Abril (Figura 2), apresentando os principais eventos críticos que fizeram parte da história dos assentados, que culminaram no surgimento do assentamento, bem como construído o

sistema de atividade inicial (Figura 3), considerando-se o ano de sua fundação (2004), tendo como objeto a posse da terra.

Figura 2. Eventos históricos críticos do Assentamento 17 de Abril.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

O nome do assentamento está atrelado a data 17 de abril de 2004, que segundo Andrade (2009), representou o início da organização popular, contando com mais de 500 famílias mobilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que um grupo seguiu para um acampamento na frente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, em busca de reforma agrária, enquanto outro grupo que ocupava a BR 316 caminhava para a Fazenda Junco de propriedade da chamada Empresa Agropecuária Ciro Nogueira, objeto da ocupação.

Pode-se observar na linha do tempo, que no ano de 2004, foram dados os primeiros passos na luta pela posse da terra com destaque para a fase de ocupação na BR-316, iniciada pelo processo de acampamento, em associação com o MST, fato que simboliza o marco inicial da origem do assentamento. Em sequência, ainda em 2004, houve um incêndio de origem desconhecida dos barracos construídos de lona, nas margens da BR-316, acontecimento que redundou, entre os anos de 2004 e 2005, na transferência dos acampados, que estavam instalados nas margens da BR-316 para o local atual do assentamento.

No período 2005 - 2012, as ações relevantes desenvolvidas foram direcionadas para construção de barracos na área ocupada, bem como a implantação de projetos sociais, destacando-se a construção das casas rurais, aquisição de água e de energia, aspectos que eram limitantes para o cotidiano dos assentados. Já, entre os anos 2010 e 2015, o Assentamento foi beneficiado pela instalação de um poço para suprimento de água e pela chegada de energia elétrica, construção de uma escola, bem como o início da organização da área do cinturão verde, dentre outras infraestruturas.

Assim, Fernandes (2001) destaca a relevância deste fato, ao relatar que a organização/movimentação de uma ocupação decorre da necessidade de determinado grupo de

pessoas, em busca de garantir a sobrevivência, e acontece em processos que são construídos na realidade em que se vive, com suas particularidades, individuais e coletivas. Assim, o acampado sem-terra passa a viver em moradias improvisadas, com a perspectiva de se assentar em um determinado local e fixar-se.

O assentamento foi originado pelo sistema tradicional, denominado Projeto de Assentamentos, efetivado pela obtenção de terras pelo INCRA, autarquia federal que tem a missão principal de executar na prática a reforma agrária, sua organização, e ordenamento fundiário brasileiro (INCRA, 2021). Também, o INCRA define que os assentamentos devem ser constituídos de agricultores que recebem o lote de terra, em que firmam o compromisso de residir no local, sendo livre a exploração de sua área, utilizando muitas das vezes, apenas a força de trabalho familiar.

Os assentados devem contar com crédito bancário, assistência técnica, e outros benefícios ou auxílio para que haja o desenvolvimento de suas famílias. No caso do Assentamento 17 de Abril, os assentados optaram pelo desenvolvimento do trabalho centrado na agroecologia, seguindo o viés da agricultura familiar, na produção de pequenos cultivares. Ressalte-se que os ocupantes eram constituídos, principalmente, por trabalhadores desempregados da periferia da área urbana de Teresina, com predominância de pessoas dos bairros, favelas e vilas da Zona Sul da cidade (Andrade, 2009, p. 19), os quais eram em grande parte funcionários públicos, que desempenhavam cargos de vigilante, secretário e merendeira da escola local, cargos que asseguravam renda (Apiaim; Silva, 2012).

Na análise do Sistema de Atividade Inicial (Figura 3), em 2004, contatou-se que a organização para a ocupação do Assentamento 17 de Abril teve como objeto, a conquista da terra, cujo resultado foi conquistado com êxito. Os instrumentos iniciais que os assentados dispuseram na luta pela conquista da terra partiram de cada indivíduo, destacando-se: enxada, pá, facão, foice, cavador, faca, machado, bicicleta, carro de mão, carro pipa dentre outros, que por meio do coletivo, estes instrumentos possibilitaram desenvolver as atividades até a conquista do objeto inicial.

No sistema de atividade inicial, também se encontram apresentados os regramentos internos estabelecidos pelo consenso entre os assentados, desde o início da ocupação, centrados na perspectiva de tentar ou realmente organizar o assentamento, de modo a possibilitar, melhor interrelação pessoal e consequente convivência entre os assentados, nas rotinas, especialmente, envolvendo as áreas em comum. Algumas das regras iniciais estabelecidas foram cumpridas e contribuíram para o resultado do sistema de atividade inicial, que foi a conquista da terra.

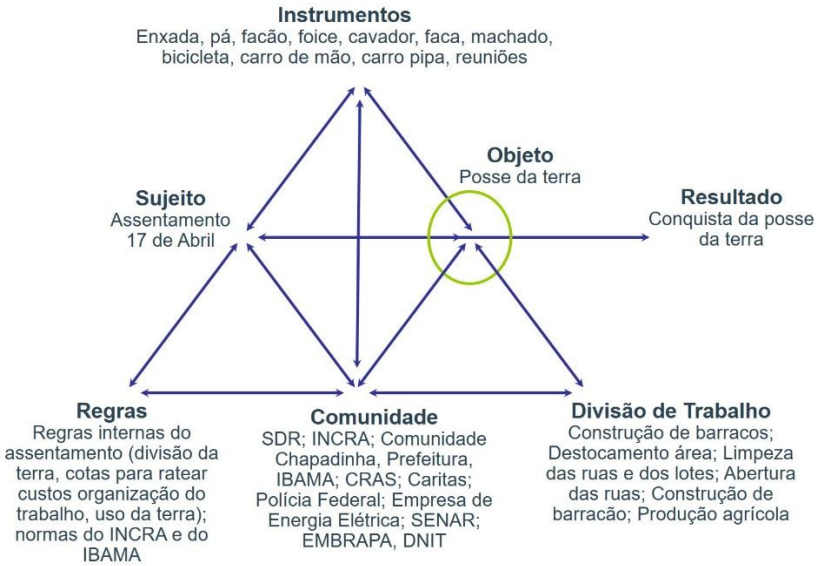
Com relação à divisão da terra, foi acordado que os terrenos fossem divididos para todos de forma igualitária, com metragem de 30m x 100m, lembrando que na época, para regulamentar, os assentados precisaram desembolsar, como cota para ratear os custos, o valor de R$ 800,00 (oitocentos

reais), para contratar uma empresa para fazer a divisão da terra, visto que este procedimento, envolvendo os órgãos oficiais, demandaria longos anos de espera.

No tocante às regras iniciais, foi citado também que os coordenadores de cada grupo de famílias seriam constituídos de um homem e de uma mulher, que intermediavam a comunicação entre todos do grupo. Ainda, foi definida a criação de um cinturão verde, caracterizado por ser um local para que todos pudessem produzir, o que representa um dos objetivos do INCRA no processo de reforma agrária.

Na organização da divisão de trabalho no Assentamento, após a chegada das famílias, elas deveriam fazer a abertura de ruas, limpeza e a construção dos seus barracos. Logo, cada família tinha o compromisso de limpar o seu lote, dividindo-o em quatro ruas, oito grupos, bem como participar da construção de um barracão para o coletivo. As regras sempre eram direcionadas a todos, e que no momento de se iniciar a construção do barraco familiar, em princípio, recomendava-se que todos acampassem perto um dos outros, visando fortalecer a segurança do grupo como um todo, para juntos cada família podesse "vigiar" ou fazer parte da segurança de todos, quando nos períodos noturnos.

Figura 3. Sistema de Atividade inicial (2004) do Assentamento 17 de Abril



Legenda: SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural); INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); CRAS (Centro de Referência da Assistência Social); SENAR (Serviços Nacional de Aprendizagem Rural); Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UBS (Unidade Básica de Saúde); DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte)
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Por fim, o sistema de atividade inicial mostrou que como regra era plausível que todos participassem das reinvindicações realizadas na BR-316. Algumas dessas ações consideradas como regras permaneceram ao longo dos anos e outras foram se modificando ou até mesmo sendo ignoradas, caindo no esquecimento. Com essa perspectiva, foi definido também como regra para a produção

agrícola, que os assentados não deveriam usar agrotóxicos, considerando a ideia de produção orgânica, que vem predominando em muitos assentamentos.

Com relação aos elementos que podem ter contribuído para a posse da terra (comunidade) e melhoria da infraestrutura conquistada pelo assentamento e demais elementos da comunidade, foi observado ao longo dos anos, diversas instituições e comunidades circunvizinhas (Figura 3), que tiveram participação de forma diferenciada em função das suas atribuições legais, conforme se observa na manifestação de assentados.

> "Pelo MST, foi na periferia de Teresina, na grande região fazendo levantamento das famílias daquelas que era oriundo da zona rural, né? Que trabalhava como posseiro, que trabalhar aí como caseiro, nas fazendas, outras tinha sido expulso das fazendas e com isso foi identificando as famílias, né? E aí criou-se a coordenação, foi feito um levantamento na área, identificado o dono da terra, né? O INCRA regulamentou, né? Mas não deu assistência não, assim de material, aqui ninguém deu nada não. Mas o INCRA regulamentou aqui a terra" (P11 – Assentamento 17 de Abril).
> "Nós temos aí é pra ter dez famílias sendo acompanhada por um programa do SENAR. É, mas é um programa mais de gestão também é assistência técnica, mas é para gestão da propriedade". A EMBRAPA "foi responsável por aplicar o programa que tem da EMBRAPA, que se chama SISTEMINHA, que é um programa desenvolvido pro sustento da família, para a segurança alimentar, ne?" A SEDUC "fez parte da organização e construção da Escola Lucas Meireles dentro do Assentamento 17 de Abril, ofertando o Ensino Médio. O projeto de construção das casas rurais segue um padrão igual para todas as 80 famílias que permaneceram (P11 – Assentamento 17 de Abril).

Ainda, sobre o apoio que os assentados tiveram das instituições públicas do estado Piauí, são relevantes as manifestações que retratam a percepção que eles relatam desde a ocupação até os dias atuais. O INCRA "aí a gente aderiu a criação de aves, só que nós perdemos nossa produção, por que nós não tínhamos água, e aí a gente foi resistindo, resistindo começou os cursos que era pelo movimento". O DNIT "eles entregaram a emissão de posse, né?" (P1 – Assentamento 17 de Abril).

Com relação à regulamentação da terra, foi destacado que o IBAMA "participou na regulamentação da terra, e formou pessoas para combater incêndio, fez as brigadas, como combater o fogo" (P5 – Assentamento 17 de Abril), enquanto a SDR "foi quem fez aí depois o nosso primeiro projeto, em primeiro lugar começou o cinturão verde" (P4 – Assentamento 17 de Abril).

Já, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), destinado a dar apoio financeiro às atividades agropecuárias com perspectiva de emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família, também participou do processo de estruturação do 17 de Abril "em reunião já ofereceu um apoio, tem uns que consegue fazer, mas aqui com o problema da água, fica difícil, perde muito" (P3 – Assentamento 17 de Abril).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a visão de promover a educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em favor da erradicação do analfabetismo e

garantia do direito à educação "ofertou curso, que foi o magistério, e o de agropecuária, em que saiam pessoas daqui pra ir fazer a formação, volta e aplica aqui as técnicas, e repassa as outras pessoas do assentamento" (P7 - Assentamento 17 de Abril).

As ações no campo social foram amparadas pelo CRAS, que "fez o cadastro no bolsa família, nas assistências sociais, acompanha as crianças, né, na escola" (P9 – Assentamento 17 de Abril), enquanto a Caritas "fez doações de alimentos no início, quando estávamos acampados na BR" (P10 – Assentamento 17 de Abril). Neste contexto, a Comunidade Chapadinha, localizada no entorno, disponibilizou o Postinho de Saúde, o único posto de saúde mais próximo do Assentamento, bem como a Escola Municipal Manoel Nogueira Lima da BR 316, que ainda, continua ofertando turmas e assistência, recebendo os estudantes do Assentamento 17 de Abril. Destaca-se, também, a realização de cursos pela Universidade Federal do Piauí, em diversas áreas, especialmente, educacional e agrícola.

É relevante citar que muitos desses parceiros, comunidades fizeram parte do assentamento, contribuindo com o que foi necessário, porém, atualmente não se encontra com o mesmo tipo de participação do passado, como consta no sistema de atividade inicial (Figura 3). As comunidades são para Engeström (2016), todos os indivíduos ou coletivos, que interferem no objeto da atividade em questão. Aqui, destacamos que as unidades visavam colaborar ao máximo para que os assentados conquistassem a referida terra.

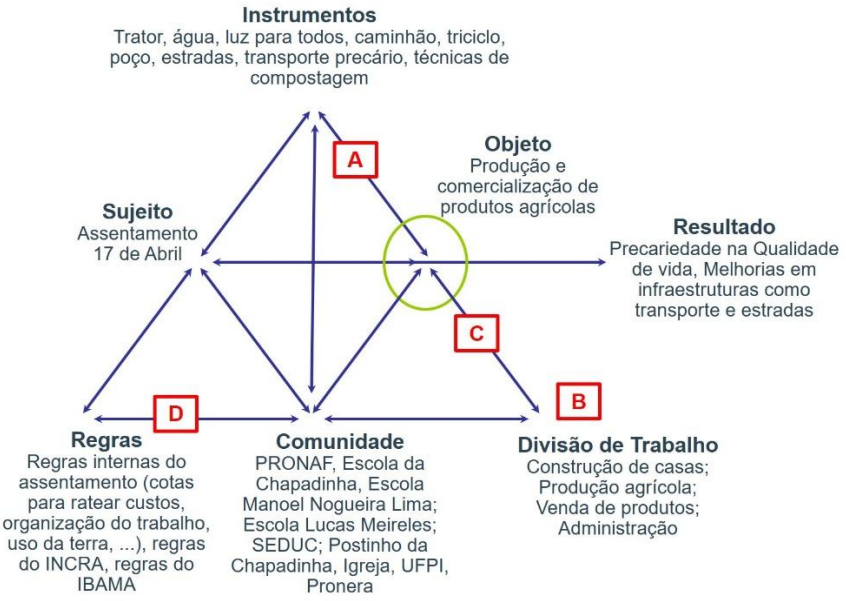
De acordo com participantes, o momento incial de aglomeração para o "nascimento" do assentamento, se deu:

> "Rapaz foi normal... Antes de nós vir para cá, nós morávamos em Teresina, é aí surgiu o assentamento e nós viemos pra cá, e estamos aqui até hoje, aqui surgiu na BR-316, aí nós acampamos lá me parece que foi um ano, há um ano e meio" (P9 - Assentamento 17 de Abril)

Andrade (2009) ressalta para que a fazenda privada Junco, localizada na zona Sul, área rural de Teresina, que originou o Assentamento 17 de Abril, precisava ser desapropriada e a terra declarada improdutiva. O autor afirma, ainda, que a origem do Assentamento 17 de Abril, teve início, com processo, em que o MST realizou o levantamento da situação da fazenda Junco e por meio do ofício nº 40, solicitou ao INCRA.

Percebemos que o assentamento desde o seu início, vivenciou grandes desafios, que resultaram em sucesso no quesito conquista/posse da terra, como mostra o sistema de atividade inicial (Figura 3), e ao longo dos anos, sofreram alterações significativas, em que esse objeto foi mudando com o tempo até os dias atuais (Figura 4).

Figura 4. Sistema de Atividade atual (2023) do Assentamento 17 de Abril



Legenda: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Universidade Federal do Piauí (UFPI), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); A = Contradição instrumentos versus objeto; B = Contradição entre elementos da divisão do trabalho; C = Contradição objeto versus divisão do trabalho; D = Contradição regras versus divisão de trabalho
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Deste modo, foram incorporados aspectos ambientais desde a fundação do assentamento, com regras que estabeleciam, que todos deviam cuidar do espaço físico, realizando a limpeza e preservação de áreas florestais, mantendo o equilíbrio, no momento de consolidação de abertura de ruas, construção de praça e outros. Nesse sentido, com a conquista da terra, os assentados passaram a se organizar sobre como fazer o uso da terra, em que implicava no tipo de produção e comercialização dos produtos agrícolas, ocorrendo dessa forma ampliação do objeto.

Constatou-se que a produção agrícola era escoada sob a responsabilidade de cada assentado, que realizava a venda esporádica de alguns produtos, sem haver qualquer organização para a realização do escoamento da produção. Assim, de forma individual, muitos assentados participam de feiras livres, levando alguns dos seus produtos para serem comercializados, e que todo processo era realizado individualmente, com recursos próprios.

No sistema de atividade atual (Figura 4), a carência de água tratada foi relatada como problema, que ao longo dos anos, foi se agravando. Logo, partindo para o sistema de atividade atual do ano de 2023, observa-se que o objeto inicial, conquista da terra, foi alcançado com êxito. Porém, a atividade atual tem enfrentado diversos problemas, que se evidenciam em manifestações de contradições entre os elementos do SA e o objeto, que passou para produção e comercialização de produtos agrícolas, sendo ressaltada muita dificuldade na implementação das atividades pelos assentados.

Neste sentido, o sistema de atividade atual mostrou que com a mudança de objeto, houve mudança, também, nos interesses individuais e coletivos, evidenciando que poucas pessoas estão em atividade agrícola, e que apenas algumas famílias produzem no quintal. Por outro lado, o assentamento apresenta relação intrínseca com o meio ambiente, e contribui com o cuidado local, pois apresenta ainda uma característica de ruralidade, na qual também contribui com as perspectivas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois alguns vislumbram a produção agroecológica.

É relevante destacar que no início da ocupação dos assentamentos, sempre se contava com muitas pessoas participando do movimento, mas com o passar dos dias, meses e até anos, se percebe o desinteresse, havendo esvaziamento, e até mesmo muita desistência. As pessoas que permanecem e buscam a produção agroecologia possuem vínculo com o campo, e são as que tem vislumbrado a ampliação desse objeto, desse sistema, já desistiram, e foram embora, as que são provenientes de área urabana, mostram-se bem mais distantes das atividades agrícolas, e buscam apenas residência em tais movimentos.

Neste contexto, o nível de envolvimento das comunidades na rotina do assentamento encontra-se diferenciado, com redução das ações, mesmo envolvendo praticamente as mesmas instituições iniciais, como PRONAF, Escola da Chapadinha, Escola Manoel Nogueira Lima; Escola Lucas Meireles; SEDUC; Postinho da Chapadinha, Igreja, UFPI, Pronera. Antes, o que se via, eram grandes participações, na atualidade observa-se um certo desinteresse, em que asoloa e dificulta a chega e efetivação das politcas publicas voltadas para o desenvolviento rural.

De acordo com as falas dos assentados, nos primeiros momentos da ocupação do Assentamento 17 de Abril, não havia qualquer infraestrutura física na área, que pudesse ser usada como moradia para os assentados se instalarem. Assim, eles foram se organizando na área em torno da BR-316, em condições das mais adversas, inclusive para descansar ou mesmo dormir, utilizaram redes, que embora, muito comum no nordeste brasileiro, porém, eram dispostas a céu aberto, embaixo de árvores, sem contar com energia elétrica, água e suprimento de alimentos.

Trata-se de um cenário, em que os assentados enfrentaram obstáculos de diversificada natureza, principalmente, os relacionados com carências de água, bem como de acesso e de deslocamento dentro do assentamento. Também, desde a origem houve problemas no que diz respeito a comunicação com outras pessoas assentadas, devido à distância da área de ocupação em relação às cidades vizinhas.

> “O assentamento[...] quando nós saímos ali da BR, nós armamos as redes aqui no aberto, e aí nós ficávamos no meio do tempo, nós ficamos nesse pé de fruta, aí nós carregando água lá da BR, só nós, para hoje nós ter. Carregando água da BR na cabeça daquele chafariz. Sofremos demais pra trazer a água da BR-316 pra nós ter aqui, aí hoje nós tem. Aí eu fico assim, pensando assim, o tanto que eu lutei, nós lutemos demais pra ganhar isso aqui pra morar e

> plantar isso aqui, aí depois pra mim dar de mão beijada pra gente ruim, que chega aqui, que chega por último. É duro, é duro demais, viu?" (P6 - Assentamento 17 de Abril)
> "Aí depois que nós viemos para cá, aí surgiu o assentamento, tinha muitas pessoas, e a maioria foi embora, e, outras desistiram, aqui o sofrimento maior era a água, porque nós tínhamos que pegar lá na BR, aí depois que foram atrás da luz, era o carro pipa que vinha deixar água aqui para nós, foi quando nós fechamos a BR para vir água para cá, cavaram o poço aí pronto fomos atrás da luz. Com o tempo veio o projeto das casas, e estamos aqui, é para abrir o caminho aqui nós fizemos, mas já tinha uma estrada feita. Isso aqui, já morou gente, né? Aí fizemos uma ajeitadinha, e depois que o trator veio, e tem essas ruas aí" (P9 - Assentamento 17 de Abril).

Essa forma de organização dos movimentos sociais, segundo Andrade (2009), foi decorrente da alteração da legislação criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual proibia a vistoria em áreas ocupadas. Diante dessa situação, o MST modificou a sua forma de atuação, não mais ocupando a área selecionada em si, porém as ocupações foram ocorrendo às margens de BR, estradas, e mantendo-se distante da área pretendida.

Foi desapropriada uma área de 1.014 hectares, que inicialmente não atendia a totalidade das famílias participantes, mas em decorrência da grande demora processual, muitas famílias foram desistindo, e atualmente permanecem 74 famílias no Assentamento 17 de Abril. Porém, com relação aos moradores pioneiros, hoje em 2023, há uma permanência dos filhos dos assentados, que inicialmente conquistaram a referida terra no ano de 2004.

Atualmente, o Assentamento 17 de Abril dispõe de uma associação denominada de Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento 17 de Abril (ATRA-17), que na estrutura administrativa conta um representante legal escolhido pelos assentados. Assim, todos participam das decisões do assentamento, em que de forma esporádica, são realizados encontros, para discussão de determinados temas de interesse de todos os assentados. Embora precocemente, despontaram os primeiros conflitos internos entre os assentados, estes problemas ainda perduram até os dias atuais (2023), com reflexos históricos no incremento das soluções no âmbito do Assentamento.

5 CONCLUSÃO

No contexto do presente estudo, os resultados sugerem que os aspectos históricos individuais e coletivos desde o início da ocupação, até os dias atuais, em 2023, são relevantes nas relações sociais, organização, planejamento e no processo do uso da terra após a conquista dos assentados da zona rural de Teresina-Piauí, e na efetivação da produção e comercialização de produtos agrícolas.

Assim, ao analisar os objetos inicias e atuais do sistema de atividade do assentamento, acredita-se que após a conquista da terra, a possibilidade da produção agrícola se tornar atividade prioritária, e no uso da terra foi prejudicada por diversos fatores, tanto de ordem econômica e estrutural, como pelos conflitos decorrentes da diversificação cultural dos grupos de assentados, em que grande parte era

proveniente de áreas urbanas entre os municípios de Demerval Lobão e Teresina, sem vivência no meio rural.

A partir da luta pelo acesso à posse da terra e uso subsequente após a posse, percebe-se em relação à produção, no caso, agrícola, que o Assentamento 17 de Abril apresenta baixa produtividade, e que fatores ou recursos basicos são fatores que influenciam na produção agrícola, bem como a relação com o campo. Diante disso, observa-se que existem outros fatores, como em parte, pela falta de infraestrutura básica, como água, recursos financeiros, energia, organização, falta de assistência técnica, crédito bancário compatível com a atividade agrícola, dentre outros benefícios ou auxílios do poder público, dentre outros.

Associa-se a estas situações problemáticas, as relações conflitantes entre os assentados, que se tornaram crescentes com o passar dos anos, tendo reflexo negativo nas ações do assentamento, em busca do estabelecimento de políticas públicas, que propiciassem melhoria nas infraestruturas básicas. Também, existe uma relação de dependência entre a zona rural e a urbana, em que os assentados se utilizam da via urbana para garantir a sua renda, visto que a produção agrícola não tem sido suficiente para manutenção das famílias assentadas.

Ao analisar o contexto do passado e do presente, bem como a compreensão dos assentados sobre a importância das relações coletivas e das atitudes na luta pelas conquistas alcançadas ao longo dos anos, constata-se que a organização, o planejamento, a determinação e o forte envolvimento na luta pela posse da terra foi se diluindo, dificultando avanços nas áreas sociais, no uso da terra e na melhoria da infraestrutura básica do assentamento.

Assim, foi observado nos sistemas de atividades, que muitos elementos permanecem iguais ao sistema inicial, possivelmente por não se ter a compreensão das novas necessidades advindas do novo objeto após a conquista da terra. Todo este cenário contribui para o surgimento de contradições históricas vivenciadas nos sistemas de atividades, tendo como um dos principais resultados inesperados, a dificuldade de produção agrícola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida para a execução desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. S.de. **No compasso da espera, do resistir e do seguir em frente:** a produção do território do assentamento 17 de abril em Teresina. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

ANDRADE, P. S.; VIANA, M.R. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. **Revista NERA**, v. 19, n. 30, p. 80-97, 2016.

APIAIM, A. SILVA, W. A. L. Diagnóstico das potencialidades produtivas no assentamento rural 17 de abril em Teresina - PI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10, 2012. Uberlândia, MG. **Anais [...]**. Uberlândia, 2012.

ARAÚJO, C. F.; OLIVEIRA, A.; MONTEIRO, M. S. L. Impactos socioeconômicos da criação do assentamento rural campestre norte, Teresina (PI). **Informe Econômico**, v. 1, p. 64-72, 2016.

BALSADI, O.V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90.** 2000. 160 p. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade de Campinas, 2000.

BRASIL, 2012. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resoluções/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

CARVALHO, H. M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento (NEAD), 1999. Disponível em: www.nead.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15- 41.

ENGESTRÖM, Yrjo. **Aprendizagem Expansiva**. Campinas, SP. Pontes Editores. 2016. p. 370.

ENGESTRÖM, Y. Activity theory and individual and social transformation. In: ENGESTROM, Y.; MIETTINEN, R.; PUNAMAKI; R. L. (Org.). **Perspectives on activity theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ENGESTRÖM, Y. Expansive learning at work: Toward an activity-theoretical re-conceptualization. **Journal of Education and Work**, v. 14, n. 1, p. 133-156, 2001.

ENGESTRÖM, Y.; SANNINO, A. Studies of expansive learning: Foundations, findings and future challenges. **Educational Research Review**, v. 5, p. 1-24, 2010.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO- AMERICANOS, 23, 2001.Washington, **Anais [...]** Washington – DC, 2001.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos- Conceitos**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em:16 nov. 2023.

MELLO, P. F. **Assentamentos rurais no Brasil:** uma releitura. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

MITIDIERO Jr., M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, n. 14, p. 4-22, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEWELL Jr., W. H. Historical events as transformations of structures: inventing revolution at the Bastille. **Theory and Society,** v. 25, 1996, p .841-881.

SILVA, S. Z. L. da, LOPES, J. B., PACHECO, J. de C., & LOPES, M. G. R. (2025). Motivos e motivações para o desenvolvimento da atividade da Associação de Vazanteiros e Agricultores Familiares em Teresina-PI. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, *18*(4), e17434. https://doi.org/10.55905/revconv.18n.4-350.

VILELA, R. A.de G.; QUEROL, M. A.P.; LOPES, M. G. R.L**.** O laboratório de mudança como uma ferramenta para transformação colaborativa de atividade de trabalho: uma entrevista com Jaakko Virkkunen. **Saúde Sociedade.** v. 23, n. 1, p. 336-344, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Mind and society**: The development of higher mental processes. Cambridge, MA: Harvard University Presse, 1978.